DIREITO PREVIDENCIÁRIO
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Direito Previdenciário visa proporcionar um estudo aprofundado do direito material e processual previdenciário no RGPS como supedâneo para uma visão mais crítica e sistemática desta importante área do Direito. Nosso objetivo é formar especialistas que chegarão ao mercado com sólida formação acadêmica, com experiência profissional e visão global, para uma atuação de sucesso nas organizações, bem como, desenvolver no participante a capacidade de adequar, utilizar e integrar, em ambientes distintos, contemplando as expectativas e necessidades dos clientes, bem como, o aumento da competitividade dos negócios ligados ao Direito Previdenciário.

OBJETIVO

Proporcionar ao profissional do Direito Previdenciário um estudo aprofundado do direito material e processual previdenciário no RGPS como supedâneo para uma visão mais crítica e sistemática desta importante área do Direito.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

4595	**Introdução ao Direito Previdenciário**	**60**

APRESENTAÇÃO

O histórico da seguridade social. A seguridade social como gênero: saúde, assistência e previdência social. Direito Previdenciário: conceito, objeto, princípios e normas. Custeio da Seguridade Social. Contribuintes e Segurados. Benefícios Previdenciários. Assistência Social. Saúde. Ações Previdenciárias.

OBJETIVO GERAL

Promover uma discussão teórica sobre os conceitos do direito previdenciário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar o histórico da seguridade social;
- Compreender o conceito, objeto, princípios e normas do direito previdenciário;
- Identificar o custeio da seguridade social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SEGURIDADE SOCIAL
SAÚDE
PREVIDÊNCIA SOCIAL
ASSISTÊNCIA SOCIAL
REGIMES PREVIDENCIÁRIOS
REGIME GERAL
REGIME COMPLEMENTAR
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PÚBLICA
SUJEITOS COBERTOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SEGURADOS
SEGURADOS OBRIGATÓRIOS
SUJEITOS COBERTOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA
BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE
APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (ART. 52 A 56 DA LEI 8.213/91)
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL
APOSENTADORIA ESPECIAL DO DEFICIENTE SEGURADO – L.C. 142/13 E DECRETO 8.145/13
LIBERDADE SINDICAL E GARANTIA DE REPRESENTAÇÃO
PROTEÇÃO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO ANTI-SINDICAL E A INGERÊNCIA
O DIREITO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA
O CONFLITO E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
A CAPACIDADE DAS ADMINISTRAÇÕES DO TRABALHO

REFERÊNCIA BÁSICA

LEITÃO, André Studart. Manual de Direito Previdenciário. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARQUES, J. F. Instituições de direito processual civil. Campinas: Millennium, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

SAVARIS, J. A. Direito processual previdenciário. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2001. 552 p. THEODORO JR, H. Curso de direito processual civil. 43ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PERIÓDICOS

ROBERTI JR, J. C. B. A relativização da coisa julgada material nas ações previdenciárias: justiça e sensibilidade social como fundamentos de revisão. **Revista de Doutrina TRF 4,** Porto Alegre, Abril 2010.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

76	**Metodologia do Ensino Superior**	**30**

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo,

Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

4594	Princípios Gerais e Constitucionais do Direito Previdenciário	60

APRESENTAÇÃO

Princípios e diretrizes constitucionais, assistência social, regimes e benefícios previdenciário, programas e projetos de assistência social; Princípios e diretrizes constitucionais;Princípios Diretrizes da Assistência social; Regimes e benefícios previdenciários; Benefícios previdenciários; Período de carência dos benefícios; Benefícios em espécie devidos aos segurados; Fator previdenciário e reajuste para os aposentados; Financiamento; Benefícios da assistência social; Benefício de prestação continuada; Benefícios eventuais; Programas e projetos de assistência social.

OBJETIVO GERAL

Analisar e discutir os princípios gerais e constitucionais do direito previdenciário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender os princípios e diretrizes constitucionais;
- Discutir programas e projetos de assistência social;
- Analisar os princípios Diretrizes da Assistência social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES CONSTITUCIONAIS
PRINCÍPIOS
DIRETRIZES
ASSISTÊNCIA SOCIAL
REGIMES E BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
PERÍODO DE CARÊNCIA DOS BENEFÍCIOS
BENEFICÍOS EM ESPÉCIE DEVIDOS AOS SEGURADOS
FATOR PREVIDENCIÁRIO E REAJUSTE PARA OS APOSENTADOS
FINANCIAMENTO
BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
BENEFÍCIOS EVENTUAIS
PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REFERÊNCIA BÁSICA

DIAS, Eduardo Rocha. Nova previdência social do servidor público de acordo com a Emenda Constitucional 47/2005. 2. ed. São Paulo: Atual, 2006.

FÁVERO, Eugênia Augusta. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

GOES, Hugo Medeiros de. Direito previdenciário (provas comentadas do Cespe/UnB). 2. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2010.

GOES, Hugo Medeiros de. Resumo de Direito Previdenciário. 2. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr, 2001.

PERIÓDICOS

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Atlas, 2006.

4593	**Regime Geral e Regimes Especiais**	**45**

APRESENTAÇÃO

Abordagem geral do Sistema de Seguridade Social e do Regime Geral de Previdência Social, através do estudo das regras constitucionais, princípios, segurados, dependentes, custeio, acidente de trabalho, benefícios e serviços previdenciário, ações revisionais e cálculos previdenciários; Sistema Previdenciário Brasileiro; Regime Próprio da Previdência Social (RPPS); Regime de Previdência Complementar (RPC); Regime Geral de Previdência Social (RGPS); O contexto da proposta de capitalização da previdência social brasileira; As características gerais do regime financeiro de capitalização; Os percalços da capitalização coletiva.

OBJETIVO GERAL

Analisar a abordagem geral do Sistema de Seguridade Social e do Regime Geral de Previdência Social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender os aspectos do sistema previdenciário;
- Analisar o regime de Previdência Complementar;
- Compreender o contexto da proposta de capitalização da previdência social brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO
REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)
REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (RPC)
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)
O CONTEXTO DA PROPOSTA DE CAPITALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA
AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO
OS PERCALÇOS DA CAPITALIZAÇÃO COLETIVA

REFERÊNCIA BÁSICA

Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social. Regime Geral de Previdência Social: consolidação da legislação. - Brasília: MPAS; SPS, 2002

HARADA, K. Direito Financeiro e Tributário. 26º ed. São Paulo: Atlas 2016

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LEITE, H. Manual de Direito Financeiro. 5 ed. Jus Podium, 2016

MELLO, C. A. B. de. Prestação de serviços públicos e administração indireta. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

PERIÓDICOS

VAZ, O. Precatório: problemas e soluções. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey; Centro Jurídico Brasileiro. 2005.

4598	**Custeio e Financiamento da Seguridade Social**	**45**

APRESENTAÇÃO

O histórico da seguridade social. A seguridade social como gênero: saúde, assistência e previdência social. Direito Previdenciário: conceito, objeto, princípios e normas. Custeio da Seguridade Social. Contribuintes e Segurados. Benefícios Previdenciários. Assistência Social. Saúde. Ações Previdenciárias.

OBJETIVO GERAL

Discutir sobre os principais aspectos que compõem o custeio financeiro e seguridade social

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar os conceitos de direito previdenciário;
- Compreender princípios e normas da seguridade social;
- Identificar os benefícios previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO PREVIDENCIÁRIO
SEGURIDADE SOCIAL
DEFINIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
PRINCÍPIOS DA SEGURIDADE SOCIAL
UNIVERSALIDADE DA COBERTURA E DO ATENDIMENTO
UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS ÀS POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS
SELETIVIDADE E DISTRIBUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS
IRREDUTIBILIDADE DO VALOR DOS BENEFÍCIOS
EQUIDADE NA FORMA DE PARTICIPAÇÃO NO CUSTEIO
DIVERSIDADE DA BASE DE FINANCIAMENTO
CARÁTER DEMOCRÁTICO E DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
NATUREZA JURÍDICA E RELAÇÃO JURÍDICA DA SEGURIDADE SOCIAL
FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OUTRAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL

REFERÊNCIA BÁSICA

CUNHA, Paulo César Melo da. A regulação jurídica da saúde suplementar no Brasil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

DIAS, Eduardo Rocha. Nova previdência social do servidor público de acordo com a Emenda Constitucional 47/2005. 2. ed. São Paulo: Atual, 2006.

FÁVERO, Eugênia Augusta. Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr, 2001.

PERIÓDICOS

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 17. ed. São

77	**Metodologia do Trabalho Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4592	**Tópicos Especiais do Direito Previdenciário**	**45**

APRESENTAÇÃO

Aspectos Gerais da Previdência Social. Beneficiários da Previdência Social, Qualidade de Segurado e Carência; Relação de previdência social; Natureza jurídica; Espécies de relação jurídica; Validade da relação jurídica; Beneficiários; Filiação e inscrição; Segurados Obrigatórios; Segurados Facultativos; Manutenção da qualidade segurado; Dependentes Cônjuge/Companheiro(a) Filhos; Companheiros Homossexuais; Pessoa Designada.

OBJETIVO GERAL

Promover uma discussão teórica a respeito dos conceitos que compõe o direito previdenciário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender os aspectos gerais da Previdência Social;
- Identificar os aspectos que compões os beneficiários da previdência social;
- Analisar as espécies de relação jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
NATUREZA JURÍDICA
ESPÉCIES DE RELAÇÃO JURÍDICA
VALIDADE DA RELAÇÃO JURÍDICA
BENEFICIÁRIOS
FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO
SEGURADOS OBRIGATÓRIOS
SEGURADOS FACULTATIVOS
MANUTENÇÃO DA QUALIDADE SEGURADO
DEPENDENTES
CÔNJUGE/COMPANHEIRO(A)
FILHOS
COMPANHEIROS HOMOSSEXUAIS
PESSOA DESIGNADA

REFERÊNCIA BÁSICA

CASTRO, Carlos Alberto Pereira, LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 3a ed. São Paulo: Editora LTr, maio 2002.

CANARIS, Claus-Wilhelm. Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito. Trad. Antônio Menezes Cordeiro. 3a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

COIMBRA, Feijó. Direito previdenciário brasileiro. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1999

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Marina Vasques. Direito previdenciário. 3a ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2004.

PERIÓDICOS

FERNANDES, Anníbal. Comentários à consolidação das leis de previdência social. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

4597	Direito Processual Previdenciário	45

APRESENTAÇÃO

Previdência Social: Histórico da Previdência Social, A Previdência Social no Brasil. Custeio. Beneficiários. Benefícios Previdenciários. Acidentes do Trabalho: Acidente e Doença do Trabalho. Benefícios Acidentários. Conceitos e Princípios da Seguridade Social: Saúde, Assistência Social (LOAS).

OBJETIVO GERAL

Analisar os fundamentos teóricos do direito processual previdenciário

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar o histórico da providência social no Brasil;
- Compreender os elementos caracterizantes do processo previdenciário;
- Identificar as exigências de normatividade do direito processual previdenciário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA
A EFICÁCIA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS
O DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA - OU O DIREITO FUNDAMENTAL AO PROCESSO JUSTO
DIREITO À TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA E EFETIVA E A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REALIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL
ELEMENTOS CARACTERIZADORES DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO – A NATUREZA DO OBJETO DA LIDE
ELEMENTOS CARACTERIZADORES DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO – OS SUJEITOS DO PROCESSO
EXIGÊNCIAS DE NORMATIVIDADE DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO
INTERESSE DE AGIR EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA
A FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DISPOSITIVO
O PROBLEMA DA MÁ DELIMITAÇÃO DA LIDE PREVIDENCIÁRIA
NORMAS PROCESSUAIS PREVIDENCIÁRIAS EXPRESSAS NO SISTEMA NORMATIVO
A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A COMPETÊNCIA DELEGADA
A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E CRÉDITOS ALIMENTARES DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA
CONSIDERAÇÕES NORMATIVAS SOBRE PROVA EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO
PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO
PRINCÍPIO DA NÃO PRECLUSÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO
PRINCÍPIO DA NÃO PRECLUSÃO E A IMPRESCRITIBILIDADE DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO
PRINCÍPIO DA NÃO PRECLUSÃO E VERDADE REAL
PRINCÍPIO DA IMEDIATIDADE DA TUTELA PREVIDENCIÁRIA
PRINCÍPIO DO ACERTAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE PROTEÇÃO SOCIAL
A CONCEPÇÃO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL DE CONTROLE DO ATO ADMINISTRATIVO A PARTIR DE UMA

PERSPECTIVA DE EFETIVIDADE PROCESSUAL
A CONCEPÇÃO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL DE ACERTAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE PROTEÇÃO SOCIAL
PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO JUDICIAL CONTRA LESÃO IMPLÍCITA (LESÃO POR OMISSÃO) A DIREITO

REFERÊNCIA BÁSICA

LEITÃO, André Studart. Manual de Direito Previdenciário. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016

MARQUES, J. F. Instituições de direito processual civil. Campinas: Millennium, 1999

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Decreto n.8.123, de 16 de outubro de 2013. Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.3.048, de 6 de maio de 1999, no que se refere à aposentadoria especial. Diário Oficial da União, 17out. 2013, p. 4, 2013.

CASTRO. C. A. P. D., LAZZARI, J. B. Manual de direito previdenciário. 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2017.

PERIÓDICOS

SAVARIS, J. A. Direito processual previdenciário. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2001. 552 p. THEODORO JR, H. Curso de direito processual civil. 43ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005

4596	**Direitos Fundamentais do Ser Humano**	**30**

APRESENTAÇÃO

Estudo da centralidade dos direitos humanos e fundamentais: Elementos integrantes (componentes ou constitutivos) Estado. Constitucionalização simbólica. Constituições garantia, balanço e dirigente. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Federação. O Poder executivo.

OBJETIVO GERAL

Promover uma discussão histórico metodológica sobre os direitos fundamentais do ser humano.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar o estudo da centralidade dos direitos humanos e fundamentais;

• Compreender os conceitos de constituição e constitucionalismo;

• Identificar os direitos e garantias fundamentais do ser humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

(NEO)CONSTITUCIONALISMO CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA, CLASSIFICAÇÕES, ELEMENTOS E HISTÓRICO HERMENÊUTICA: MUTAÇÃO X REFORMA. REGRAS X PRINCÍPIOS “DERROTABILIDADE”. POSTULADOS NORMATIVOS. CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS DIVISÃO ESPACIAL DO PODER — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO PODER EXECUTIVO DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS GRADUALISMO EFICACIAL DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DIREITOS HUMANOS – A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO SER HUMANO MEDIDAS DE PROTEÇÃO E A POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOÇÕES SOBRE A LEI MARIA DA PENHA - LEI Nº. 11.340 DE 07 DE AGOSTO DE 2006

REFERÊNCIA BÁSICA

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999.

BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a eficácia de suas normas–limites e possibilidades da constituição brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BELLO, José Maria. Direito constitucional e teoria da Constituição. Coimbra: Almedina, 1997.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1989.

BATTAGLIA, Felice. Curso de filosofia del derecho.Madrid, 1951, v.2 BONAVIDES, Paulo. Direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

PEIXINHO, Manoel Messias. A interpretação da Constituição e os princípios fundamentais: elementos para uma hermenêutica constitucional renovada. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.

SBARDELOTTO, Fábio Roque. Direito penal no estado democrático de direito: perspectivas (re)legitimadoras. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

PERIÓDICOS

GOMES, Luiz Flávio; Mazzuoli, Valério de Oliveira. Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Pacto de San José da Costa Rica. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.

- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Curso destinado aos bacharéis em Direito, Advogados privados e públicos (Procuradores Federais e Defensores Públicos Federais), servidores públicos lotados no INSS, na AGU e no Poder Judiciário.